

**ORIENTAÇÕES**

# **1/3 DE FÉRIAS E AUXÍLIO-DOENÇA/ACIDENTE: HABILITAÇÃO DE CRÉDITO**

Em razão do Mandado de Segurança  
nº 0007555-96.2011.4.03.6100 impetrado pelo CIESP.

# Sumário

●	Introdução	03
●	Do Mandado de Segurança Coletivo do CIESP	04
●	Efeitos da coisa julgada do MS Coletivo do CIESP	06
●	Dos procedimentos administrativos e judiciais necessários para a compensação tributária	07
●	Comunicado: Sobre Instrução Normativa nº 2.288/2025 da Receita Federal do Brasil - Atenção associados que se filiaram após 10 de novembro de 2025	18
	• Documentos para habilitação de crédito junto à Receita Federal	22

## INTRODUÇÃO

**D**e acordo com a Constituição Federal de 1988, o orçamento da Seguridade Social é financiado por várias fontes de receita, sendo as principais, cada qual proveniente de uma origem diferente:

- (I) Dos empregadores;
- (II) Dos empregados;
- (III) Dos concursos de prognósticos;
- (IV) Das importações de bens e serviços.

e sobre as quais não há a incidência da contribuição previdenciária patronal.

Dentre as contribuições sociais atribuídas aos empregadores, interessa ao presente estudo aquelas incidentes sobre a folha de salário, entendido aqui toda e qualquer remuneração paga em prol do segurado pela prestação de um serviço exercido de forma habitual.

A partir deste conceito, pode-se concluir que os recebimentos dos empregados guardam vínculo de trabalho com o ofício desempenhado pelo empregado. As verbas indenizatórias servem para reparar algum dano material por ele sofrido



## DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO DO CIESP

Com os preceitos descritos no tópico anterior, em 10/05/2011, o CIESP impetrou o Mandado de Segurança 0007555-96.2011.4.03.6100 com o objetivo de obter o reconhecimento do direito dos seus filiados à exclusão da base de cálculo das contribuições previdenciárias das verbas pagas aos seus respectivos colaboradores a título de terço constitucional de férias e os 15 primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e o auxílio-acidente.

Em 24/02/2015, o TRF3 afastou a incidência da contribuição previdenciária incidente sobre o terço constitucional de férias e a remuneração paga nos primeiros 15 dias de afastamento do trabalhador em função do auxílio-doença e auxílio-acidente, baseando-se, para tanto, em jurisprudência consolidada do STJ sobre os dois temas.

O litígio teria transitado em julgado

nestes termos, se no curso da demanda não tivesse havido uma alteração na orientação jurisprudencial relativa à incidência previdenciária sobre o terço de férias, cuja constitucionalidade foi declarada pelo STF no REXT 1.072.485/PR – julgado em 31/08/2020 – Tema 985.

**Por este motivo, em 14/06/2022, o Mandado de Segurança impetrado pelo CIESP passou por um juízo de retratação que se prestou a adequar a sua decisão à nova jurisprudência do STF. Na prática, esta etapa processual declarou a validade da cobrança da contribuição previdenciária sobre o 1/3 constitucional de férias, mantidas os direitos já reconhecidos sobre as demais verbas indenizatórias.**

O MS Coletivo impetrado pelo CIESP, por vigorosa atuação, resistiu por mais três anos no judiciário, até o julgamento da modulação dos efei-

tos da decisão do STF no processo paradigma, que legitimou a contribuição previdenciária sobre o terço constitucional a partir de 15/09/2020 (data da publicação do Acórdão do julgamento do mérito do tema), ressaltando-se os tributos já pagos e os não impugnados judicialmente até a mesma data.

Não se pode perder de vista que, contra a decisão de modulação, a PGFN interpôs o recurso de Embargos de Declaração, por meio do qual ela requereu o recuo desta data para 23/02/2018, quando houve o reconhecimento formal da repercussão geral da matéria pelo Plenário do STF.

De todo modo, aplicando-se a atual orientação do STF ao Mandado de Segurança Coletivo do CIESP, cujo trânsito em julgado foi certifi-

cado em 14/03/2025, conclui-se que, por ora, os associados desta entidade poderão recuperar, pela via da compensação, os recolhimentos realizados a título de contribuição previdenciária nos seguintes períodos:

**Auxílio-doença e auxílio-acidente:**

MAI/2011 (data da distribuição do MS Coletivo) até o momento em que o associado deixou de incluir essas verbas na base do salário-de-contribuição;

**Terço de férias:** MAI/2011 (data da distribuição do MS Coletivo) a SET/2020.



## EFEITOS DA COISA JULGADA DO MS COLETIVO DO CIESP

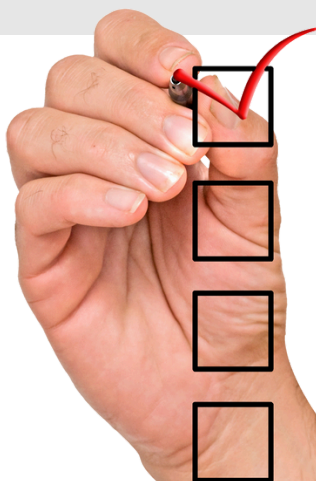
A consequência do encerramento do Mandado de Segurança (MS) Coletivo do CIESP na vida dos associados desta entidade dependerá da análise individual de cada caso. Em princípio, observamos os seguintes cenários:

**a) Associado ajuizou ação individual sobre o mesmo tema, já encerrada com decisão favorável ou ainda em curso:**

A opção pela distribuição de demanda judicial em nome próprio implica em renúncia dos benefícios da coisa julgada que se operou no MS Coletivo do CIESP, pelo que este associado deverá adotar os procedimentos de quantificação e de compensação do seu crédito no termos delineados na sua respectiva ação judicial.

**b) Associado não ajuizou ação individual e recolheu a contribuição previdenciária incidente sobre o terço de férias e o auxílio-doença e auxílio-acidente:**

O associado poderá se valer dos efeitos da coisa julgada material do MS Coletivo do CIESP para obter a restituição do indébito tributário, devendo, para tanto, adotar os procedimentos descritos a seguir.



## DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS NECESSÁRIOS PARA A COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Com o trânsito em julgado do Mandado de Segurança Coletivo do CIESP, o direito de compensação dos créditos relativos à contribuição previdenciária incidente sobre as verbas pagas aos colaboradores dos associados a título de terço de férias e auxílio-doença, será materializado por meio dos seguintes passos:

1) O associado deverá quantificar o valor atualizado do seu crédito compensável, a partir das guias de recolhimento previdenciários, respeitando-se os seguintes períodos e aplicando-se sobre ambos os totais a variação da Taxa Selic acumulada:

**Auxílio-doença:** MAIO/2011 (data da distribuição do MS Coletivo) até o momento em que o associado deixou de incluir essas verbas na base do salário-de-contribuição;

**Terço de férias:** MAIO/2011 (data da distribuição do MS Coletivo) a SET/2020, aplicando-se sobre este total a Taxa Selic acumulado do período;



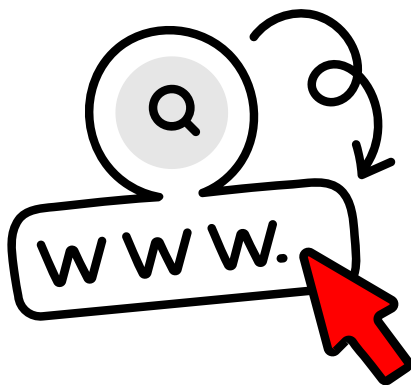


2) Não é necessária a contratação de advogado próprio pelo associado para protocolar pedido de emissão de certidão de inteiro teor e de desistência da fase de execução da sentença do MS Coletivo do CIESP, já que estes documentos serão necessários para a fase seguinte de habilitação do crédito;

3) De posse destes dois documentos, deverá ser instaurado o procedimento de habilitação do crédito já quantificado pelo próprio associado, necessariamente dentro do prazo de 5 anos contados do trânsito em julgado (14/03/2025) ou da data da homologação da desistência da execução de sentença do MS Coletivo (variável conforme cada associado);

4) A abertura do procedimento de habilitação é realizado no portal e-CAC, no link:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login>





O CIESP disponibilizou às Regionais documentos necessários para instruir o pedido de habilitação no portal e-CAC. Para isso, cada empresa associada deverá fazer a solicitação a sua respectiva Regional.


Ressaltamos que a declaração de associado não estará disponível para download, devendo ser solicitada diretamente ao Departamento Financeiro do CIESP Sede.

Tendo em vista que o crédito é decorrente de ação judicial, não há necessidade de retificação da declaração junto a Receita Federal.



→ [cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login](http://cav.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login)

BRASIL | Simplifique! | Comunica BR | Participe | Acesso à Informação | Legislação | Canais



**Para cadastrar um procurador, o contribuinte pode utilizar:**

- a opção "Procuração Eletrônica", disponível no Portal e-CAC (o contribuinte e seu procurador precisam ter Conta GovBR com nível de confidencialidade Prata ou Ouro);
- a opção "Solicitação de Procuração para a Receita Federal", disponível fora do Portal e-CAC (apenas o procurador precisa ter Conta GovBR com nível de confidencialidade Prata ou Ouro).

**Restrições de Acesso:**

Visando maior estabilidade do sistema, foram adotadas medidas de controle de acesso ao e-CAC:

- durante o período das 8:00 às 18:00, serão permitidos acessos realizados por aplicações robotizadas que realizem volume de acesso considerados aceitáveis, ou seja, 500 requisições por segundo, da mesma origem;
- após as 18 horas, serão liberados os acessos robotizados de grande volume;
- acessos por humanos podem ser efetuados sem restrição de horário.

**ACESSO GOVBR**


O GovBR é um serviço online de identificação e autenticação digital do cidadão em único meio, para acesso aos diversos serviços públicos digitais.

[Entrar com govbr](#)

Saiba mais sobre GOVBR

BRASIL | Simplifique! | Comunica BR | Participe | Acesso à Informação | Legislação | Canais

[Sair com Segurança](#)



**LOCALIZAR SERVIÇO**

[Alterar perfil de acesso](#) [Acesse a sua caixa postal](#)

**SERVIÇOS EM DESTAQUE**

- Autorizar Compartilhamento de Dados
- Meu Imposto de Renda
- Opção pelo Domicílio Tributário Eletrônico - DTE
- Participar de Início eletrônico da Receita Federal
- Processos Digitais (e-Processo)

**SERVIÇOS MAIS ACESSADOS**

- Caixa Postal
- Consulta Compromissário de Pagamento - DARF, DAS, DAE e DAE
- Consulta Pendências - Situação Fiscal

**Cadastros** | **Certidões e Situação Fiscal** | **Cobrança e Fiscalização** | **Declarações e Demonstrativos** | **Dívida Ativa da União**

**Legislação e Processo** | **Pagamentos e Parcelamentos** | **PRONAMPE** | **Regimes e Registros Especiais** | **Restituição e Compensação**

**Senhas e Procurações** | **Outros**

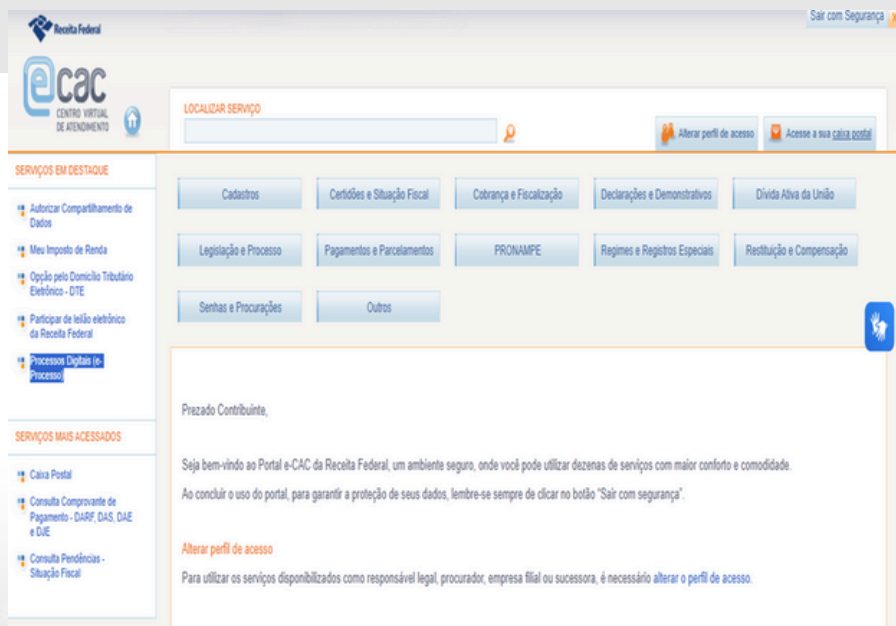
**Prezado Contribuinte,**

Seja bem-vindo ao Portal e-CAC da Receita Federal, um ambiente seguro, onde você pode utilizar dezenas de serviços com maior conforto e comodidade. Ao concluir o uso do portal, para garantir a proteção de seus dados, lembre-se sempre de clicar no botão "Sair com segurança".

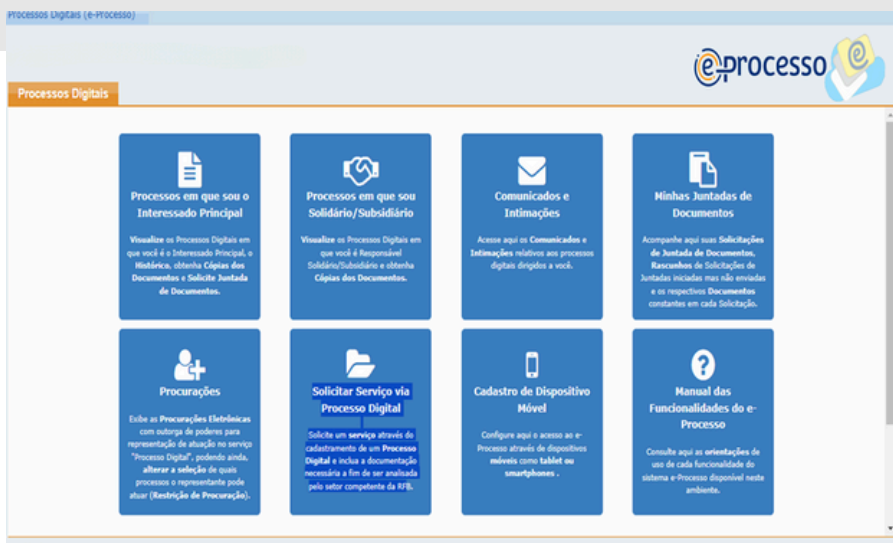
**Alterar perfil de acesso**

Para utilizar os serviços disponibilizados como responsável legal, procurador, empresa filial ou sucessora, é necessário **alterar o perfil de acesso**.

5) Em seguida, o associado deverá clicar em **“Processos Digitais e-Processo”**;



6) Em seguida, o associado deverá fazer a opção por **“Solicitar Serviço via Processo Digital”**, o que provocará o surgimento das seguintes telas em sequência:



processos digitais (e-processo)

**Solicitar Serviço**

\* Campo de preenchimento obrigatório

1 - IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO

2 - SERVIÇO A SER REQUERIDO

\* Área de Concentração de Serviço:

\* Serviço:

Telefone com DDD:

Tipo do Processo:

Subtipo do Processo:

Descrição:

3 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Importante: Ao solicitar o serviço, será cadastrado o processo digital. Somente o cadastramento do processo NÃO é suficiente para que o serviço seja atendido. O interessado deverá, necessariamente, enviar a solicitação de juntada para esse processo, incluindo o requerimento do serviço, que descreve a solicitação, e a documentação exigida para análise.

Para cada serviço a ser solicitado, deverá ser cadastrado um processo, ao qual deverá ser juntado o requerimento do serviço e a documentação exigida para análise.

**Atenção**

Ao solicitar o serviço, será cadastrado o processo digital, a partir do qual será realizado o atendimento. O interessado deverá, necessariamente, enviar a solicitação de juntada para esse processo, incluindo o requerimento do serviço, que descreve a solicitação, e a documentação exigida para análise.

O requerimento será indeferido caso os documentos incluídos na solicitação de juntada não guardem relação de pertinência com o serviço solicitado.

**Fuê**

[Voltar](#)

## 2 - SERVIÇO A SER REQUERIDO

\* Área de Concentração de Serviço:

\* Serviço:

Telefone com DDD:

Tipo do Processo:

Subtipo do Processo:

Descrição:

## 3 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Importante: Ao solicitar o serviço, será cadastrado o processo digital. **Somente o cadastramento do processo NÃO é suficiente para que o serviço seja atendido.** O interessado deverá, necessariamente, enviar a solicitação de junta para esse processo, incluindo o requerimento do serviço, que descreve a solicitação, e a documentação exigida para análise.

Para cada serviço a ser solicitado, deverá ser cadastrado um processo, ao qual deverá ser juntado o requerimento do serviço e a documentação exigida para análise.

Caso não seja enviada a solicitação de junta contendo o requerimento do serviço e os documentos exigidos em até 3 (três) dias úteis do cadastramento do processo, este processo será excluído.

O requerimento será indeferido caso os documentos incluídos na solicitação de junta não guardem relação de pertinência com o serviço solicitado.

[Voltar](#)

## 2 - SERVIÇO A SER REQUERIDO

\* Área de Concentração de Serviço:

\* Serviço:

Telefone com DDD:

Tipo do Processo:

Subtipo do Processo:

Descrição:

## 3 - OUTRAS INFORMAÇÕES

Importante: Ao solicitar o serviço, será cadastrado o processo digital. **Somente o cadastramento do processo NÃO é suficiente para que o serviço seja atendido.** O interessado deverá, necessariamente, enviar a solicitação de junta para esse processo, incluindo o requerimento do serviço, que descreve a solicitação, e a documentação exigida para análise.



Para cada serviço a ser solicitado, deverá ser cadastrado um processo, ao qual deverá ser juntado o requerimento do serviço e a documentação exigida para análise.


Caso não seja enviada a solicitação de junta contendo o requerimento do serviço e os documentos exigidos em até 3 (três) dias úteis do cadastramento do processo, este processo será excluído.

O requerimento será indeferido caso os documentos incluídos na solicitação de junta não guardem relação de pertinência com o serviço solicitado.

[Voltar](#)

7) Após o preenchimento das informações acima, o portal E-CAC exibirá as seguintes telas do requerimento, conforme abaixo:



## REQUERIMENTO

**RESTITUIÇÃO, RESSARCIMENTO, REEMBOLSO E COMPENSAÇÃO - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO JUDICIAL (exclusivo para Compensação)**

\* Campo de preenchimento obrigatório

Acompanhe sua solicitação no processo formalizado, acessando o Portal e-Cac (<https://cac.receita.fazenda.gov.br/autenticacao/login>) em "Legislação e Processo" => Processos Digitais (e-Processo) => Processos em que sou o interessado principal".

Pedido de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado. Mais informações: <https://www.gov.br/bpt/br/servicos/habilitar-credito-tributario-decorrente-de-decisao-judicial-transitada-em-julgado>

Interessado:

Solicitado por:

Telefone de Contato:


O contribuinte é pessoa com deficiência física ou mental? ☐ Sim ☒ Não

O contribuinte é pessoa com doença grave? ☐ Sim ☒ Não

**Requerimento**  
Solicito a habilitação do crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado, conforme dispõe o art. 102 da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021.

Número do Processo Judicial:


Data do Trânsito em Julgado:



Homologação da Declaração ou Declaração de Inerrecução:

Selecione:

Data da Homologação da Declaração ou Declaração de Inerrecução:



Origem da Decisão Judicial:


Selecione:


Período de Apuração Inicial:

Período de Apuração Final:

Valor do Crédito:

Selecione:





As informações e documentos a seguir se aplicam apenas a Pessoas Jurídicas:

CNPJ das Sucessidas Abrangidas pela Decisão Judicial



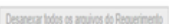

 Anexar Cópia do contrato social ou estatuto social da pessoa jurídica, acompanhada, conforme o caso, da última alteração contratual ou ata de eleição da diretoria.

 Anexar Cópia dos atos correspondentes aos eventos de sucessão 

Declaro, sob as penas da lei, que as informações contidas neste formulário correspondem à verdade.

O deferimento do pedido de habilitação do crédito não implica em reconhecimento do direito creditório nem homologação da compensação. Legislação: IN RFB nº 2.855/2021, artigos 182 a 185 (<http://normas.receita.fazenda.gov.br/juris/consulta/link.action?visao=anotado&id=12200292311139>)

Versão: 016.00.01

 Voltar  Limpar  Desanexar todos os arquivos do Requerimento  Enviar Requerimento



8) O Requerimento deverá ser preenchido com as seguintes informações:

• **Número do processo judicial:**

0007555-96.2011.4.03.6100;

• **Data do trânsito em julgado:**

14/03/2025;

• **Origem da Discussão Judicial:**

Contribuições Previdenciárias;

• **Período de Apuração inicial e final:**

1. Sobre as contribuições previdenciárias recolhidas sobre o 1/3 Constitucional de férias: no período compreendido entre maio de 2011 e setembro de 2020;

2. Sobre os 15 primeiros dias de afastamento por auxílio-doença ou acidente de trabalho: a partir de abril de 2011 em diante.

• **Valor:** indicar se o crédito compensável é superior ou não a R\$ 10 milhões;

• **Anexar:** certidão de inteiro teor do processo; despacho de homologação do pedido de desistência da execução do título judicial; contrato ou estatuto social do associado; e procuração pública ou particular e do documento de identificação do outorgado, se for o caso).



09) Em seguida, o associado deverá clicar em “enviar requerimento”, o que gerará o número do processo administrativo para o devido acompanhamento no portal E-CAC.

10) Após o deferimento da habilitação, que costuma demorar de 30 a 45 dias, o associado está autorizado a iniciar as compensações dos seus créditos com débitos previdenciários próprios, vencidos ou vincendos, via DCOMP Web.

11) Sobre o montante original do crédito habilitado não há a incidência de PIS e COFINS (art. 2º do Ato Declaratório 25/2003).

12) Por outro lado, os juros aplicados sobre este mesmo montante original do crédito habilitado, calculado pela variação da Taxa Selic do período, está sujeito à incidência de PIS e COFINS (art. 3º do Ato Declaratório 25/2003), a ser recolhido no momento da transmissão da 1ª DCOMP, conforme Solução de Consulta COSIT 308/2023.

13) O montante original do crédito habilitado, se tiver sido computado como despesa dedutível do lucro

real da base de cálculo da CSLL, deve ser oferecido à tributação do IRPJ e CSLL e também recolhido no ato da transmissão da 1ª DCOMP.

14) O saldo remanescente do montante original do crédito, deverá ser atualizado mês a mês pela Taxa Selic, até o seu integral aproveitamento (Solução COSIT nº 24/2022).

15) **Recomenda-se que o associado esgote os seus créditos até 14/03/2030**, quando se completará o prazo de 05 anos contados do trânsito em julgado do MS Coletivo do CIESP.

16) Considerando que a Receita Federal dispõe de um prazo de 5 anos para homologar as compensações, contados das datas das transmissões de cada DCOMP, **recomenda-se que o associado preserve a documentação que dê suporte o crédito compensado no período abrangido pela decisão judicial.**



## COMUNICADO

Confira, a seguir, comunicado do Departamento Jurídico do Ciesp sobre a Instrução Normativa 2288/2025 da Receita Federal sobre habilitação de créditos, circular 160 divulgada oficialmente no dia 11 de novembro de 2025. A informação é válida para **novos associados que se afiliaram após o dia 10 de novembro de 2025.**

### **Comunicado IN 2288/25 Habilitação de Créditos (Circ. 160 - 11/11/2025)**

*No dia 10 de novembro de 2025, a Receita Federal do Brasil (RFB) publicou, no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa RFB nº 2.288/2025, que altera a Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021, norma que trata de restituição, compensação, ressarcimento e reembolso no âmbito da Secretaria Especial da RFB.*

*A nova instrução introduz alterações que impactam diretamente as empresas associadas ao CIESP, ao estabelecer que o pedido de habilitação de créditos tributários decorrentes de ações judiciais promovidas pela entidade **fica limitado aos fatos geradores ocorridos após a data de filiação da empresa.***

*Antes da nova instrução, não havia restrição quanto ao período abrangido pelos créditos reconhecidos judicialmente, o que permitia às empresas que se associavam ao CIESP no curso das ações judiciais requerer a habilitação de valores relativos a decisões transitadas em julgado, **mesmo referentes a períodos anteriores à suas respectivas filiações.***

*Com a nova redação, a Receita Federal impôs novas restrições representando **um retrocesso no tratamento dispensado às entidades e suas associadas.***

*As restrições atingem tanto as empresas que ainda não são associadas quanto aquelas que já o são, mas aguardam o deferimento de seus pedidos de habilitação.*

### **Em defesa da indústria**

*O Ciesp já está analisando possíveis medidas para contestar a validade dessa norma, e manterá todos os associados informados sobre o andamento das providências cabíveis.*

### **Atenção**

*Os associados devem estar atentos à situação que se enquadram para que possam usufruir do benefício.*

Para demonstrar as prováveis situações em pedido de habilitação, veja a seguir exemplos em relação às **verbas indenizatórias (1/3 de férias e auxílio-doença e/ou acidente)** para melhor compreensão:

### **1. Empresa filiada antes da impetração do Mandado de Segurança (antes de 2011):**

**Momento da filiação impetrante:** filiação anterior a 2011, dentro da abrangência territorial e finalística do estatuto vigente na época da ação.

**Data do Protocolo de Habilitação:** Protocolo antes da Instrução Normativa (até 09/11/2025).

**Regras aplicáveis e exigências da RFB:** segue os requisitos do art. 102 da Instrução Normativa 2.055/2021 (versão antiga). A RFB pode exigir documentos adicionais por analogia (estatuto da entidade, decisão judicial, planilhas etc.), mas não aplicará formalmente as novas regras do art. 103-A.

**Situação provável do pedido:** alta chance de deferimento, pois a empresa estava filiada na época da impetração e o pedido é anterior à nova IN. Pode ser instruído conforme a norma antiga, mas sujeito a revalidação documental.

**ou**

**Data do protocolo de habilitação:** protocolo após a Instrução Normativa (a partir de 10/11/2025).

**Regras aplicáveis e exigências da RFB:** aplicação integral da nova Instrução Normativa. Documentos que serão exigidos: petição inicial da ação, estatuto da entidade de 2011, prova de filiação anterior à impetração, contrato social da empresa, e decisão transitada em julgado (2024).

**Situação provável do pedido:** deferimento provável, desde que comprovada filiação anterior e regularidade cadastral.

### **3. Empresa filiada após o trânsito em julgado (depois de 2024):**

**Momento da filiação impetrante:** filiação posterior ao trânsito em julgado.

**Data do protocolo de habilitação:** protocolo após a Instrução Normativa (a partir de 10/11/2025).

**Regras aplicáveis e exigências da RFB:** o art. 105, IV da nova Instrução Normativa veda expressamente a habilitação de filiados após o trânsito em julgado.

**Situação provável do pedido:** indeferimento certo, sem possibilidade de aproveitamento do crédito.

### **4. Empresa filiada antes de 2011, mas com pendências cadastrais/fiscais:**

**Momento da filiação impetrante:** filiação válida, mas com irregularidades no CNPJ, DCTF ou débitos não suspensos.

**Data do protocolo de habilitação:** antes ou depois da Instrução Normativa.

**Regras aplicáveis e exigências da homologação:** a aplicação do art. 102, §2º da Instrução Normativa anterior, cuja redação foi mantida pela nova IN, impede o deferimento enquanto houver pendências fiscais ou cadastrais.

**Situação provável do pedido:** indeferimento temporário, até regularização. Pode ser reanalisado após saneamento das pendências.

**5. Empresa filiada após 2011, mas a entidade alterou o estatuto em 2016 para ampliar a base territorial:**

**Momento da filiação impetrante:** filiação dentro da nova base (não prevista no estatuto de 2011).

**Data do protocolo de habilitação:** após a Instrução Normativa (2025). Regras aplicáveis e exigências de homologação: o art. 103-A, II, impede o aproveitamento, pois exige que a condição de representação esteja amparada pela abrangência territorial e finalística do substituto definida à época da impetração (2011).

**Situação provável do pedido:** indeferimento provável, por ausência de amparo estatutário em 2011.



## **Documentos para habilitação de crédito junto à Receita Federal**

Com a publicação da Instrução Normativa (IN) nº 2.288, de 10 de novembro de 2025, a Receita Federal do Brasil (RFB) **passou a exigir os seguintes documentos no momento da apresentação do pedido de habilitação de crédito tributário:**

### **1. Petição Inicial da Ação**

(art. 102, §1º-A, inciso I, da IN RFB nº 2.055/2021) - incluída pela IN RFB nº 2288, de 30 de outubro de 2025.

### **2. Estatuto da entidade impetrante vigente da data do protocolo do Mandado de Segurança Coletivo**

(art. 102, §1º-A, inciso II, da IN RFB nº 2.055/2021) - incluído pela IN RFB nº 2288, de 30 de outubro de 2025.

### **3. Inteiro teor da decisão judicial transitada em julgado**

(art. 102, §1º-A, inciso V, da IN RFB nº 2.055/2021) - incluído pela IN RFB nº 2288, de 30 de outubro de 2025.

### **4. Documento que comprove a data de associação ou de ingresso na categoria e, caso aplicável, a data de saída**

(art. 102, §1º-A, inciso IV, da IN RFB nº 2.055/2021) - incluído pela IN RFB nº 2288, de 30 de outubro de 2025.

### **5. Cópia do contrato social ou do estatuto da pessoa jurídica vigente na data do ingresso na categoria ou da filiação**

(art. 102, §1º-A, inciso III, da IN RFB nº 2.055/2021) - incluído pela IN RFB nº 2288, de 30 de outubro de 2025.



## Como acessar:

### Área do Associado

Os documentos 1, 2 e 3 estão disponíveis na [Área do Associado](#), que pode ser acessada pelo menu superior dos sites da Sede e das Diretorias Regionais, Municipais e Distritais (DRMDs). Utilize os números de CNPJ e de associado para fazer o login.

### Financeiro

Já o documento 4, que comprova a data de associação ou ingresso na categoria, pode ser solicitado ao Departamento Financeiro do Ciesp. Contate pelo e-mail: [financeirogcf@ciesp.com.br](mailto:financeirogcf@ciesp.com.br)

### Documento da Pessoa Jurídica

O documento 5, contrato social ou do estatuto da pessoa jurídica vigente na data do ingresso na categoria ou da filiação, é de responsabilidade da empresa associada interessada.

## Recomendação

Como estas são novas exigências da Receita Federal, o Departamento Jurídico do Ciesp destaca a importância de os associados juntarem esses documentos antes de fazerem a solicitação de habilitação de crédito tributário.



DEPARTAMENTO  
JURÍDICO

# Dúvidas

 [juridico@ciesp.com.br](mailto:juridico@ciesp.com.br)

 (11) 3549-3565